

O patrimônio cultural brasileiro na situação pós-moderna

Igor Alexander Nascimento de Souza*

Especialista em Arte e Patrimônio Cultural

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

igorpatrimoniocultural@gmail.com

RESUMO: O objetivo é estabelecer uma reflexão acerca da função social da patrimonialização dos bens culturais na atualidade, que, muitas vezes, reproduzem anseios de outrora, desadequados às atuais circunstâncias. Trata-se do papel dos processos de patrimonialização na contemporaneidade, sob os auspícios da situação pós-moderna, considerando a trajetória de elaboração da *ethnie* brasileira na construção do país enquanto Estado-Nação.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Pós-Modernidade; *Ethnie* Brasileira; Diversidade Cultural.

RESUMEN: El objetivo es establecer una reflexión sobre la función social de la patrimonialización de los bienes culturales de hoy, que a menudo reproducen anhelos de antaño, inadecuado para las circunstancias actuales. Se trata de la función de los procesos de la patrimonialización en la contemporaneidad, bajo los auspicios de la situación posmoderna, teniendo en cuenta la trayectoria de la formación de las *ethnie* en la construcción del país como un Estado-Nación.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Cultural; Posmodernidad; *Ethnie* Brasileña; Diversidad Cultural.

A intenção em preservar elementos pretéritos tem um passado remoto, mas nada disso tinha a ver com o que hoje denominamos de *Patrimônio Cultural*, que é uma categoria recente, uma invenção da modernidade, dos Tempos Modernos. Isso não quer dizer que a herança cultural, o legado dos antepassados, não seja um patrimônio, mas que enquanto disciplina, enquanto discurso, até mesmo enquanto expressão, é um fenômeno moderno, uma técnica mnemônica (mnemotécnica) desenvolvida na modernidade.

É, portanto, volvidos à modernidade que compreenderemos melhor o atual estado em que nos encontramos, pois nosso tempo já permite esse olhar (cf. KUMAR, 1997). A era moderna, se considerarmos o famigerado quatrimpartite francês, dá-se em fins do século XVIII, notadamente pela Revolução Francesa, que nos serve de marco entre eras. Mas o fato que realmente determinou a época foi o posicionamento do homem enquanto medida de todas as coisas; o período do antropocentrismo por excelência.

* Aluno bolsista do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan

Não é à toa que o projeto iluminista, que teve como patronos John Locke, Descartes, dentre outros, fomentador de importantes transformações no mundo ocidental, como a Revolução Americana e a própria Revolução Francesa, desencadeou uma série de mudanças ao extinguir instituições “velhas” e implementar novas, dentre elas instituições-memória.

É do século XIX, mais especificamente no ano de 1837, a criação da primeira *Comissão dos Monumentos Históricos*, na França, que teve como missão a preservação do patrimônio edificado, mormente os que diziam respeito à Antiguidade e à Idade Média, posição que durou até após a II Guerra Mundial. A influência do iluminismo, com seu fetiche helênico e seu cientificismo ascendente, corporificados em antiquários, naturalistas, arqueólogos, paleontólogos, dentre outros, foi decisiva. Ao assumir o espólio dos vencidos da Revolução Francesa, inúmeros bens móveis e imóveis, não somente atribuindo-lhes valor monetário, mas artístico e histórico, deu-se o início da patrimonialização² tal qual a conhecemos hoje.

A França revolucionária demandava a unidade nacional e fez uso do seu patrimônio para a formação de sua identidade. Em contextos de ampla diversidade cultural, a construção das identidades nacionais não foi realizada sem esforço. Dentre as várias estratégias utilizadas pelos Estados ao redor do mundo, como a ampliação das redes de comunicação e o aparelhamento de estruturas governamentais supra-“tribais”, a implementação de um sistema de ensino unificador (e de patrimônio), que adotasse apenas um idioma e que selecionasse ícones hegemônicos, foi, talvez, um dos agentes mais aglutinadores para a formação e consolidação de uma nação moderna (ANDERSON, 2008).

Os franceses, *avant-garde*, souberam utilizar astutamente seus monumentos históricos ao patrimonializá-los, visando consolidar o sentimento de pertença e solidariedade entre os seus compatriotas. O enlace alegórico, sagazmente constituído, serviu à formação de uma comunidade imaginada francesa, aglutinada através do estabelecimento de lugares simbólicos investidos com memórias coletivas. Mike Featherstone (1997, p. 151), refletindo sobre as nações como comunidades, afirma que “Certos lugares podem ser revestidos de um determinado status emblemático, como monumentos nacionais, e usados para representar uma

²Lucas Prochnow (2013, p. 19) diz que “O processo de patrimonialização de um bem, ou de um conjunto de bens, ocorre a partir de ações e de discursos específicos. As ações partem das práticas institucionais motivadas, ou balizadas, por atribuições legais; em menor medida e mais recentemente, parte de demandas sociais. Já os discursos se sustentam no uso de conceitos e de categorias ativadas para justificar sua relevância, provar sua necessidade, reconhecer, garantir direitos. Dessas ações e discursos participam diversos atores sociais em contextos específicos que são passíveis de serem delimitados temporalmente e espacialmente. Eles engendram ao longo do tempo novas ações e novos discursos segundo suas finalidades específicas colocando em jogo o problema da atribuição de valores [...]”.

forma de laço simbólico, que se sobrepõe e encarna as várias afiliações locais que as pessoas possuem.”. Nesse sentido, o gosto pelo antigo e pelas artes, e a monumentalidade atribuída agora aos vestígios históricos (CHOAY, 2006), coadunaram-se ao projeto nacionalista revolucionário, possibilitando que aos bens culturais alienados fosse atribuído valor memorial.

O Estado moderno é o grande responsável pelo estabelecimento do patrimônio cultural, ainda entendido apenas como histórico e artístico, monopolizando o exercício da monumentalidade, maquiavelicamente, como diria Benedict Anderson (2008). Visando legitimar um passado comum a todos os cidadãos (ELIAS, 2006), amplos projetos foram realizados, inclusive no mundo colonial europeu, envolvendo a realização de inventários de conhecimento, registros minuciosos em gravuras passíveis de reprodução, intervenções físicas nos objetos, museificação de edifícios e coleções, dentre outras estratégias patrimoniais.

No Sudeste Asiático, por exemplo, dentre as instituições responsáveis pela integração dos futuros estados à modernidade, encontra-se o museu. Os colonizadores “exportaram” seu interesse por *objets d’art*, mormente por meio da implementação de instituições memória em seus impérios ultramarinos, como a *Oudheidkindigen Commissie*, posteriormente promovida ao *Oudheidkindigen Dienst*, pelos holandeses na Indonésia; a Inspeção Arqueológica da Índia e o Departamento Arqueológico da Birmânia, pelos britânicos; a *École Française d’Extrême-Orient*, em Saigon, a Diretoria de Museus e Monumentos Históricos da Indochina, e o Serviço de Conservação de Angkor, em Sião, pelos franceses (ANDERSON, 2008.).

Tendo as sociedades europeias se transformado em Estados-Nação a partir da segunda metade do século XVIII, utilizando-se para isso da patrimonialização de seus monumentos históricos; e “exportando” seu gosto iluminista pelos *objets d’art* locais, juntamente com as instituições necessárias à sua operação, a Europa, enquanto metrópole mundial, serviu como centro difusor e catalisador da modernidade.

Há seu tempo as ex-colônias utilizaram-se dessas estruturas para desenvolver seus próprios discursos identitários, em contraponto ao do colonizador, servindo-se da estratégia patrimonial para a implementação dos seus jovens Estados-Nacionais independentes. Vale ressaltar que, em boa medida, as estruturas coloniais demoraram a desvencilhar-se, coisa que a história oficial, vinculada ao ufanismo nacionalista, buscou ofuscar. Norbert Elias, ao tratar da sua *Teoria dos processos de formação de Estados*, dizia que

O que hoje se ensina como a história de um país, não importa quantas mudanças se identifiquem ao longo dos séculos, geralmente pode ser

acomodado às exigências de uma auto-imagem, segundo a qual a nação se representa como inalterável, através das eras, em suas características básicas. As sociedades contemporâneas que ainda estão nos estágios iniciais da formação de Estados e da construção de nações, em muitos casos já começaram a criar uma imagem similar de si mesmas – uma imagem do passado com a qual as gerações presentes podem se identificar e que lhes dá um sentimento de orgulho da sua própria identidade nacional, além de poder servir como catalisador em um processo que geralmente inclui a integração de segmentos regionais díspares e de diferentes estratos sociais em torno de certos grupos centrais dominantes (2006, p. 164).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a elaboração da *ethnie* brasileira

No Brasil não foi muito diferente, apenas de forma reelaborada dada as conjunturas locais. Já no século XIX, em decorrência da independência do país de Portugal, em 1822³, num estranho estabelecimento de um império entre repúblicas, onde o monarca era primogênito do rei luso, numa espécie de continuísmo político velado (D. Pedro I era um absolutista), o então recém-nascido Império do Brasil esboçou tentativas de legitimar-se através do discurso simbólico, haja vista as obras do paraibano Pedro Américo, do catarinense Victor Meirelles e do francês François-René Moreaux, famosos por representar as glórias do Império através das suas pinturas históricas, muitas delas agigantadas; e dos romances indianistas, franqueados principalmente por José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, entre outros. Trabalhos amplamente utilizados por nosso sistema educativo (livros didáticos, etc.).

A Proclamação da República não tardou e em 15 de Novembro de 1889 o Brasil tornava-se a mais jovem república americana, deixando de destoar perante as vizinhas. Homóloga ao extinto Império, a nova República buscou legitimar-se através de símbolos nacionais pátrios, tais como o Pavilhão Nacional republicano, sob a influência dos positivistas, as Armas Nacionais, o Selo Nacional e o Hino Nacional Brasileiro. Artistas como Benedito Calixto e Aurélio de Figueiredo também foram responsáveis por pinturas históricas, aos moldes do período imperial, mas o Brasil ainda não havia atentado para o uso dos seus monumentos históricos no intuito de materializar uma “biografia da nação” (CHUVA, 2011).

Isso mudou logo após a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que tomou o poder através de um Golpe de Estado. Vinte dias depois de estabelecido como presidente, Vargas outorga o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, vigente ainda hoje, regulamentando a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com este ato

³ As tropas portuguesas somente foram expulsas do território nacional após a capitulação do General Madeira de Melo, aos 2 de Julho de 1823, que se recusava a deixar a Bahia, sendo sitiado em Salvador por tropas brasileiras comandadas pelo britânico Almirante Cochrane e pelo francês General Labatut, ambos mercenários contratados pelo Imperador D. Pedro I.

instituiu-se o tombamento e o Sphan, responsável pela política preservacionista, previsto, assim como o Conselho Consultivo, pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A velocidade com que se deu este fato está ligada ainda à República Velha, já no primeiro quartel do século XX, quando a ideia de modernidade tomou corpo, sendo algo a ser alcançado. A *Semana de Arte Moderna de São Paulo*, em 1922, transformou-se num marco deste pensamento, hipervalorizando a cultura popular brasileira, sob uma perspectiva nacionalista (e um olhar paulista), na busca de uma brasilidade distinguidora dos padrões europeus (CHUVA, 2011).

As “caravanas de revelação”⁴ parecem encaixar-se naquilo que Mike Featherstone (1997, p. 152) coloca como a elaboração da *ethnie*. Essas novas “Entradas e Bandeiras” tinham como intenção inventar uma comunidade nacional através de um repositório simbólico que contivesse elementos primordiais, similar ao que ocorreu na Europa dos XVIII, quando

houve a tentativa deliberada, por parte dos especialistas culturais (ou proto-intelectuais), de descobrir e registrar os costumes, práticas, lendas e mitos vernaculares, a cultura do povo, que, segundo se supunha, desapareceria rapidamente (ver Burke, 1978). De fato os estratos em expansão da *intelligentsia* nativa procuravam juntar e estruturar, de forma coerente, esse *corpus* de fontes culturais populares, que poderiam ser usadas para dar ao passado um sentido de direção e construir uma identidade nacional.

Não sem conflitos, a herança do período colonial serviu para autenticar a *ethnie* brasileira, bandeira defendida pelos vitoriosos modernistas. Uma rigorosa seleção daquilo que deveria ser patrimonializado pelo Estado, dentro de um projeto mais amplo de cunho nacionalista, sob os valores estéticos e históricos brasilo-modernos, arrolando tudo aquilo que condizia com essa perspectiva adotada, foi posta em prática.

Ideia nascida entre europeus e difundida em suas colônias, agora jovens Estados independentes, materializou-se no Brasil dos anos 1920 uma espécie de *Kunstwollen* habilitador da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Brasil agora estava a se fazer moderno e civilizado, equiparando-se às nações do Velho Mundo, mas com sua própria feição.

Passado décadas,

Aqueles cânones não foram dessacralizados. Contudo, a visão da nação que predomina hoje aponta noutra direção, aquela advinda dos novos paradigmas

⁴ Viagens ao interior do Brasil, principalmente às cidades coloniais mineiras, realizadas por intelectuais e artistas no intuito de edificar uma memória comum aos brasileiros.

formulados na Constituinte de 1988, que vê na diversidade cultural brasileira a sua singularidade, valorizando a pluralidade de suas raízes e de suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas. Se o Estado Novo carregava a bandeira da unidade nacional, e com isso ignorava as diferenças, a Nova Constituição Brasileira passou a valorizar justamente a diversidade – a diferença – como a identidade cultural brasileira. Nessa perspectiva inclusiva, uma série de práticas e grupos dispersos saem da invisibilidade e são integrados às redes do Estado. Por isso, preservar o patrimônio cultural continua sendo sim uma das formas de se inventar a nação e de fortalecimento do Estado, ainda que essa nação seja bastante distinta daquela inicialmente projetada e enxergada, fruto de novas interpretações, outros projetos, que têm sido desenhados graças à percepção e à valorização de vestígios materiais que haviam sido até então ignorados, apagados ou silenciados. (CHUVA, 2011, p. 47-48).

Patrimonialização em tempos incertos: a multiplicidade cultural brasileira

Como diria o sociólogo indiano Krishan Kumar (1997, p. 177): “É de fato muito difícil encontrar alguém que se declare inequivocamente favorável à posição pós-moderna.”. Alguns atuam disfarçadamente, outros se utilizam de subterfúgios, já há terceiros que preferem influir sub-repticiamente. Esses comportamentos decorrem do *bullying* acadêmico sofrido por aqueles que se posicionam abertamente em favor da situação pós-moderna. Devemos considerar, entretanto, que a significativa quantidade de publicações acerca do tema, quase sempre o condenando, e a taxonomia elaborada entorno da percepção de mudanças na realidade contemporânea, confrontada àquilo que não é mais, denota que estamos em tempos incertos.

Pós-modernidade, pós-modernismo, pós-industrial, pós-fordismo, modernidade tardia, estão entre as nomenclaturas descritivas e classificatórias utilizadas pelos teóricos na difícil tarefa de avaliar o hodierno. Em verdade, se considerarmos a síntese de Zygmunt Bauman, Andreas Huyssen, entre outros (KUMAR, 1997), nós estamos num momento em que é possível olhar criticamente para a modernidade, não significando que estejamos necessariamente numa nova era, posterior ao Tempo Moderno.

O discurso teórico realizado na segunda metade do século XX e nesse início do XXI é considerável, entretanto nos interessa aqui muito mais os sintomas que os diagnósticos daquilo que tratarei como *a situação pós-moderna*, de empréstimo à Kumar. Essa situação é marcada, como apontam os *experts*, pelo individualismo, pluralismo e fragmentação ocasionados por mudanças tecnológicas e de organização do trabalho; pela rendição dos quatro reinos sociológicos ao mundo globalizado; pelo declínio dos Estados-Nação e de seus respectivos nacionalismos com a subsequente renovação e fortalecimento das culturas locais.

As instituições e práticas típicas da nação-estado são correspondentemente debilitadas. Os partidos políticos de massa cedem lugar a “novos movimentos sociais” baseados em sexo, raça, localização, sexualidade. As “identidades coletivas” de classe e experiências compartilhadas de trabalho dissolvem-se em formas mais pluralizadas e específicas. A idéia de uma cultura e de uma identidade nacionais é atacada em nome de culturas “minoritárias” – as culturas de grupos étnicos, de seitas religiosas e comunidades específicas, baseadas em idade, sexo ou sexualidade. O pós-modernismo destaca sociedades multiculturais e multiétnicas. Promove a “política da diferença”. A identidade não é unitária nem essencial, mas fluida e mutável, alimentada por fontes múltiplas e assumindo formas múltiplas (não há distinções tais como “mulher” ou “negro”). (KUMAR, 1997, p. 159).

Sob essas condições o patrimônio histórico e artístico nacional ganha um novo *status*, sob os auspícios da Antropologia, mas também de outras disciplinas em concomitância, já que a transversalidade e a multidisciplinaridade pôs-se em voga, requalificando-se em patrimônio cultural brasileiro, voltado, em princípio, à diversidade cultural (FONSECA, 2012). A ideia de valor intrínseco dos bens culturais é substituída pela de valor atribuído. Indígenas, afro e nipo-brasileiros, ciganos, entre outros grupos, reivindicam e passam a ser contemplados por políticas públicas de cultura e pela patrimonialização dos seus bens, ainda que timidamente, entrando no enredo da nação.

Com o descentramento (KUMAR, 1997) decorrente do processo de fragmentação, outros discursos passaram a ganhar força. Na situação pós-moderna a ideia de uma história comum a todos os membros de uma nação é amplamente questionada. Featherstone diz que

A percepção da história como um processo linear interminável de unificação do mundo, tendo a Europa como centro, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX, tornou-se mais difícil de sustentar quando se iniciou a mudança de equilíbrio global do poder, que se deslocou do Ocidente. (1997, p. 126).

Esse fenômeno fez com que a historiografia surgida nos novos pólos de poder, sob mundividências não ocidentais, questionasse a cosmovisão hegemônica europeia-estadunidense. Paradoxalmente, povos ex-colonizados, agora bastante modernizados, como o Japão e o Brasil, passaram a operar suas projeções sobre o mundo, sem, no entanto, substituírem as existentes, mas convivendo com elas. Essa nova ordem trouxe consequências para os Estados, incluindo aí suas posturas patrimonializadoras e educacionais.

O Ocidente visto agora como “o outro”, sofrendo a resistência e a réplica dos demais povos, passa a reelaborar algumas das suas instituições, mormente aquelas do Estado-Nação, ora em crise. A perspectiva da pluralidade e das particularidades (diversidade cultural) entra

em choque com o “projeto universalista da modernidade ocidental”, em que a homogeneização da cultura tinha um papel relevante na corrida dos povos rumo ao excelso. “A atual fase da globalização é aquela em que os Estados-Nação do Ocidente tiveram de aprender a tolerar maior diversidade no interior de suas fronteiras que se manifestam através de maior multiculturalismo e polietnicidade.” (FEATHERSTONE, 1997, p. 129). A manutenção da identidade nacional torna-se uma missão infactível, se considerarmos o modelo adotado até então.

Como alternativa outra imagem de nação vem sendo empregada no intuito de manter as identidades coletivas. O discurso da diversidade cultural foi explicitamente adotado pelos Estados, que passaram a incitar as culturas locais, muitas vezes as reinventando ou as retirando do adormecimento. No Brasil, após o Regime Militar (1964-1985) de cunho nacionalista, a Constituição Democrática promulgada em 1988, que tem como um dos seus princípios assegurar a pluralidade da sociedade brasileira, determinou em seu artigo 215, § 1º, que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.”⁵ O que antes era “caso de polícia”⁶ passa a fazer parte da biografia nacional brasileira.

O artigo 216, voltado especificamente ao patrimônio cultural, é um reflexo direto das discussões internacionais acerca do tema. Japão, Bolívia, Índia, entre outros países, expuseram sua insatisfação perante a comunidade internacional acerca do modelo de reconhecimento do patrimônio da humanidade e dos Documentos Internacionais preservacionistas, pois ambos possuíam valores ocidentais que, conseqüentemente, não atendiam aos anseios multiplurais dos povos. O texto constitucional diz que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

No ano 2000, decorrente de estudos coordenados pelo Iphan, foi publicado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, constituintes do Patrimônio Cultural Brasileiro, e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse ato viria a ampliar o panteão em que se encontram consagrados os

⁵ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2013.

⁶ Vide o Museu da Magia Negra, cujo acervo, composto por artefatos afro-brasileiros apreendidos pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi inscrito no Livro Arqueológico, etnográfico e paisagístico aos 5 de maio de 1938, mas que somente saiu do esquecimento em que se encontrava em 1984. (CORRÊA, 2007).

bens culturais patrimonializados pelo Estado, componentes do seu repertório enquanto nação. Nesse mesmo sentido o país ratificou, por meio do Decreto Legislativo 485/2006, a Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da *Unesco*. Vale mencionar o Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

A feição democrática contida nesses discursos desconsidera os possíveis ou já existentes “*conflitos identitários*” advindos dessa política. As “*relações interculturais*” mediatizadas pela “*comunicação de massas*”, como demonstrado por António da Costa (2002) no caso da erna vila de Barrancos, se transformaram em controvérsias públicas. A proposta preservacionista às referências culturais locais e sua vinculação à ideia de difusão, para a propaganda estatal pluralista, como observado na normativa brasileira, fatalmente transformar-se-á, como já vem ocorrendo com os índios Wajãpi e sua arte Kusiwa, num intervencionismo exacerbado sob o halo democrático e politicamente correto da diversidade cultural.

Parece que esse nosso momento preservacionista, distinto daquele dos pioneiros, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros (CHUVA, 2011), é bastante marcado pela ampliação do conceito de patrimônio cultural, mas também pelas consequências que essa postura do Estado ocasiona, tornando a situação dos novos agentes do patrimônio por vezes dilemática.

Encontramo-nos numa conjuntura difícil, sem saídas convenientes, em que a “reorientação” porque passamos coloca as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio (inclusive legalmente) numa situação desconfortável: se o patrimônio consagrado (aquele selecionado e tutelado pelo Estado) não tem valor por si só e os que deveriam reputá-lo não lhe atribuem valor, qual a função do Iphan e outras instituições de proteção patrimonial das demais instâncias de poder? Se os grupos formadores da sociedade possuem estima especial por elementos não-consagrados, devem os órgãos responsáveis tutelarem tais bens culturais, correndo o risco de ampliarem demasiadamente o “panteão” em que se encontram os vestígios edificadas e artísticos, considerando os já exíguos recursos existentes para a salvaguarda?

Parece-me que a clara missão do Iphan em seu nascedouro, de formação de um Estado nacionalista moderno visando “à construção da ‘nação brasileira’, por meio da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação (HOBSBAWN, 1984)” (apud CHUVA, 2011), foi concluída com sucesso. Mas e agora, qual a missão do Iphan para o século XXI?

Como sabermos quais bens culturais simbolizam nossa nação hoje? O patrimônio cultural e suas agências estão em crise, já que o fim a que foram pensados, em princípio, não converge com esse Brasil atual?

Estamos trilhando um caminho diferente, sem sabermos bem onde vai dar, mas algumas decisões parecem já ter sido tomadas, como podemos notar no trecho do discurso do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, ao tomar posse (há 11 anos!):

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (GIL, 2003).

Referências

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. 3ª ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 283 p.

CHUVA, Marcia. Entre Vestígios do Passado e Interpretações da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In CUREAU, Sandra *et. al.* (Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 553 p. ISBN 978-85-7700-474-4.

CORRÊA, Alexandre F. Primeiro patrimônio etnográfico do Brasil: a coleção-museu de magia negra. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Associação Nacional de História – Anpuh, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0393.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

ELIAS, Norbert. *Estado, processo, opinião pública*. Escritos & ensaios, v. 1, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort (Org.). Tradução de Sérgio Benevides (inglês), Antonio Carlos dos Santos (alemão) e João Carlos Pjinappel (holandês). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução de Carlos Moura. (Coleção Megalópolis). São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997. 239 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. In *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2012 (Edições do Patrimônio). p. 35-44.

GIL, Gilberto. Leia a íntegra do discurso de Gilberto Gil. *Folha on-line*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2013.

PROCHNOW, Lucas N. *O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. 2013. 163 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro. 2013.